

Brasil: fechado para Reformas

Rogério Borili (*)

Em ano de eleição o País parece estar fechado para aguardar, com muitas expectativas, o próximo governo que vai ocupar o Palácio do Planalto e dar início às reformas que ainda precisam acontecer para voltar a funcionar

Mais que nunca é preciso continuar com as reformas pendentes para atrair mais investimentos e tornar o Brasil um mercado mais organizado, confiável e competitivo. O primeiro passo à frente já foi dado com a implantação da Reforma Trabalhista. Porém, por mais que ela tenha vindo para modernizar e flexibilizar as ultrapassadas leis trabalhistas, o governo ainda enfrenta dificuldades para esclarecer todos os seus pontos.

Evidente que trouxe atualizações importantes, como as regras do trabalho remoto – agora possível – e também a importante possibilidade de terceirizar serviços na atividade fim das empresas, mas é preciso complementar as regras para não deixar dúvidas de como as empresas devem aplicá-las criando ainda mais insegurança jurídica. As principais mudanças ainda são aguardadas pelas empresas.

O alto custo da folha de pagamento ainda não foi alterado e é justamente aí que podemos “destravar” o sistema e incentivar a geração de novos empregos. Isso ainda não teve uma solução.

As regras foram alteradas, atualizadas, melhoradas, mas ainda não se refletem positivamente sobre os custos de contratação de empregados. Essa é a grande mudança que esperávamos e não aconteceu.

As reformas precisam deixar de simplesmente “tapar buracos” para se tornar oportunidades de redução de custo e geração de emprego, o que movimentará a economia do País. Mesmo diante de tantos ajustes – fundamentais para nossa economia sair da fase imatura e passar a ser o “País do Futuro” de fato – vivemos a expectativa

pela Reforma Tributária, que se encontra hoje no momento mais alarmante, emperrada por falta de ambiente político para acontecer.

Para piorar, a intervenção de segurança no Rio de Janeiro impede que o governo dê andamento a esse processo, por força de lei. “Cobrimos um santo” e deixamos descoberto todo o País. Essa discussão, tão importante para a prosperidade do nosso Brasil, infelizmente vai ter que esperar o próximo governo e o rumo que ele dará ao tema.

Às empresas e ao País cabe esperar que a discussão migre no sentido da simplificação tributária, com a redução do número de alíquotas do PIS e da Cofins, que variam, atualmente, conforme o setor de atividade. Os projetos já em discussão sugerem mudanças em doses homeopáticas e que por isso deverão ocorrer a longo prazo. Mas, o fato é que precisam ser iniciadas o quanto antes para voltar a aquecer a economia.

Ainda que com uma carga tributária injusta, somente a retomada da economia vai trazer fôlego para aguentar essa espera. Do governo que virá, devemos exigir uma prestação de serviços públicos e benefícios compatíveis com a arrecadação do país, comparada com países de economias mais fortes.

O ideal é que a essa reforma traga para o mercado formal empresas que estejam à margem da tributação devido à burocracia. Ao mesmo tempo, possa beneficiar as que procuram estar com os impostos em dia. Estamos no olho do furacão! E para sobreviver às incertezas, a sua empresa precisa estar se preparando para voltar a crescer, de “casa arrumada”, com processos de redução de custos estruturados, transparentes e seguros.

É fundamental que a reforma também aconteça dentro de casa. Então não dá para ficar de braços cruzados. Pois, somente com essa base sólida, será possível enfrentar o “olho desse furacão” sem desmoronar.

(*) - É vice-presidente da Becomex (www.becomex.com.br).

Homenagem a estudante morto durante a ditadura militar



O corpo de Edson Luís foi levado em passeata à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde foi velado.

O Senado homenageará em sessão especial, hoje (28), o estudante Edson Luís de Lima Souto, morto em 1968 durante o período militar. A data da sessão marca os 50 anos da morte do ícone estudantil. Em março do quarto ano do regime militar, o falecimento do estudante, assassinado por um policial militar, causou comoção nacional, além de ter repercussão imediata no Senado. Edson Luís, de 18 anos, foi o primeiro “morto público” da ditadura.

Edson morreu durante ação da Polícia Militar (PM) no Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. O local era conhecido por reunir estudantes engajados com a situação política do país e

interessados em melhorias na educação pública. Na tarde do dia 28 de março de 1968, estudantes organizavam um protesto, que foi reprimido pela Polícia Militar, que invadiu o restaurante. Edson foi baleado à queima-roupa no coração e morreu na hora.

O pedido de realização da homenagem é dos senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Lídice da Mata (PSB-BA), Regina Sousa (PT-PI), Paulo Paim (PT-RS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). No requerimento, os parlamentares classificaram o acontecimento como uma “triste tragédia”. Segundo os senadores, o objetivo da sessão especial é “refletir sobre este evento, para que esta memória não se apague” (Ag.Senado).

Projeto obriga presos a arcar com custos na cadeia

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado pode votar na hoje (28), uma série de projetos relativos à área de segurança pública

Entre eles está o que altera a Lei de Execução Penal para obrigar os presos a ressarcir o Estado pelos custos de sua permanência nos sistemas prisionais. A proposta – aberta à opinião da população pelo portal do Senado na internet – havia recebido até segunda-feira (26) quase 40 mil manifestações. Mais de 95% dos participantes afirmaram ser favoráveis à aprovação da matéria.

Caso o preso não possua recursos próprios para o ressarcimento ao Estado, ele deverá trabalhar para compensar os custos, conforme a proposta do senador Waldemir Moka (PMDB-MS). Para ele, a grave situação do sistema prisional brasileiro decorre, principal-



Senador Waldemir Moka (PMDB-MS), autor da proposta.

mente, da falta de recursos para mantê-lo. A contribuição dos presos para as despesas com assistência material poderia

ampliar esses recursos e melhorar o sistema. O relator na CCJ, Ronaldo Caiado (DEM-GO) manifestou apoio à proposta

Processo seletivo para próximo presidente da Caixa

A força-tarefa da Operação Greenfield, do Ministério Público Federal (MPF), enviou ontem (27) à Presidência da República uma recomendação para que o próximo presidente da Caixa Econômica Federal seja escolhido por meio de um processo seletivo conduzido por empresa especializada. A seleção resultaria em uma lista de cinco executivos tecnicamente capacitados, a partir da qual o presidente Temer nomearia o próximo presidente do banco público.

“As medidas ora propostas visam melhorar a governança da Caixa, com adoção de boas práticas administrativas à altura da instituição”, justificou o procurador da República, Frederico Siqueira. Ele é um dos cinco membros da força-tarefa da Greenfield, que investiga desvios no banco público. A recomendação também foi encaminhada ao Ministério da Fazenda, ao Conselho Administrativo da Caixa e ao atual presidente do banco, Gilberto Ochi, filiado ao PP.

OMPFF também pediu ao Conselho Administrativo da Caixa acesso a um dossiê preparado, a pedido do órgão, sobre o próprio Ochi, feito pelo escritório Pinheiro Neto Advogados, e mantido sob sigilo pelo banco. Em dezembro do ano passado, a força-tarefa da Greenfield recomendou que os 12 vice-presidentes da Caixa fossem afastados, sob a justificativa de que quatro deles eram investigados pela Polícia Federal.

Os procuradores citaram também a relação de alguns desses executivos com o ex-deputado Eduardo Cunha e o ex-ministro Geddel Vieira Lima, ambos presos por denúncias de corrupção. Alguns dias após a recomendação, o presidente Temer afastou os quatro vices da Caixa investigados, sendo que um acabou restituído ao cargo pelo Conselho do banco público, após demonstrada a falta de provas contra ele (ABR).

Rejeitada denúncia contra Jucá e Jorge Gerdau

Por unanimidade, a Segunda Turma do STF rejeitou ontem (27) denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o senador Romero Jucá (MDB-RR) e o empresário Jorge Gerdau pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. De acordo com a denúncia, Jucá recebeu R\$ 1,3 milhão do grupo Gerdau em doações oficiais de campanha, entre 2010 e 2014, em troca do suposto favorecimento da empresa no texto da MP 627/2013 sobre tributação de empresas brasileiras no exterior.

Jucá foi relator da matéria. Os valores, segundo a procuradoria, foram depositados em favor do diretório nacional e de Roraima do MDB e repassados à campanha do



Jucá foi acusado de receber dinheiro do grupo Gerdau.

parlamentar. No julgamento, com base no voto do ministro Edson Fachin, relator do caso, a Turma entendeu que não há provas na denúncia de que as doações foram feitas exclusivamente como propina ao partido e ao parlamentar.

“Entendo que nada há de concreto a evidenciar que as negociações em torno desta

medida provisória resultaram em efetiva promessa e do recebimento de vantagem indevida”, afirmou Fachin. O voto do relator foi seguido pelos ministros Dias Toffoli e Celso de Mello. Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski não participaram da sessão.

Durante o julgamento, a defesa de Jorge Gerdau disse que as denúncias são “fruto de imaginação” e afirmou que o empresário não pode ser responsabilizado pelas movimentações financeiras feitas pelo MDB. “A denúncia é uma coletânea de inverdades deslavadas”, afirmou Nilo Batista, advogado de Gerdau. A defesa de Romero Jucá não se manifestou durante o julgamento (ABR).

Meirelles decidirá sobre candidatura até 3 de abril

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem (27) que deve decidir sobre sua possível candidatura à Presidência da República até o próximo dia 3 de abril. Especula-se que Meirelles possa se filiar o MDB para concorrer ao Palácio do Planalto ou então ser vice em uma chapa liderada por Michel Temer, que vem dando indícios de que tentará um segundo mandato.

“Temos um longo fim de semana pela frente”, disse o ministro, após participar de um evento sobre a privatização da Eletrobras. Também ontem, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, garantiu que a política econômica não será alterada caso Meirelles deixe o comando da Fazenda para disputar as eleições. “Se ele sair, a política econômica é a política do presidente Michel



Meirelles está próximo de decidir sobre candidatura.

Temer. Faremos de tudo para manter o mesmo rumo”, disse. Também sonhando com o Planalto, o empresário Flávio Rocha, dono da Riachuelo, se filiou ao PRB, partido ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, para disputar as eleições.

Rocha se diz conservador e já foi deputado federal por dois mandatos. O pré-candidato também deve contar com o apoio do Movimento Brasil Livre (MBL), que capitaneou os protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff (ANSA).

Reconstruir a crença na dignidade na vida pública

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestou preocupação com o futuro político do Brasil, alertando que o povo sente cada vez mais repulsa diante de seus representantes e aumentam as manifestações de ódio e intolerância. Para Valadares, é preciso reconstruir na sociedade a crença na dignidade na vida pública e nos valores democráticos.

“Acredito que somente aqueles que conseguem transmitir credibilidade e capacidade de enfrentar questões como segurança, saúde, educação, emprego e honestidade serão

os escolhidos para os novos desafios. Acredito também que só terão êxito os comprometidos em levar adiante as reformas que este país tanto necessita, mas protela”.

O representante de Sergipe entende que não é possível compactuar com os movimentos que pregam a anulação do voto, pois somente as urnas podem mudar a realidade política. Valadares disse ainda que considera tímidas as reformas eleitorais empreendidas até agora, pois, segundo ele, o país continuará submetido à influência do poder econômico e das notícias falsas (Ag.Senado).

Flávio Rocha filia-se ao PRB para concorrer à presidência

O empresário Flávio Rocha, presidente da Riachuelo, assinou na manhã de ontem (27), em Brasília, sua filiação ao PRB para concorrer à presidência da República pelo partido. Em reunião com a bancada do PRB, no Congresso Nacional, Rocha afirmou aos deputados que sua filiação vem para somar e foi aplaudido em meio a um clima de euforia. “Quero ser um instrumento do partido. O meu propósito é agregar. Uma candidatura presidencial não teria nenhum sentido se não fosse com esse propósito. A mudança passa pelo parlamento, pelo congresso”, disse o empresário. A reunião com a bancada do PRB

foi comandada pelo presidente do partido, Marcos Pereira.

Rocha assegurou que a filiação à legenda vai muito além do objetivo de cumprir o rito de filiação partidária, até 7 de abril, para os concorrentes ao Planalto. “Não há dilema entre a prioridade parlamentar ou a prioridade nos palácios. Nós estamos começando uma imensa sinergia. A minha vida soma e reforça esta prioridade”, disse Rocha aos deputados, minutos antes de assinar a sua ficha de filiação.

Agora como pré-candidato filiado ao PRB, Flávio Rocha segue com agenda pelo país, com visitas já previstas a mais de 20 Estados (GBR).